

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Partido dos Trabalhadores - PT - tem estado presente, de maneira significativa, na produção intelectual brasileira, na condição de objeto de análise. Esta sua presença abarca, hoje, tanto trabalhos voltados aos movimentos sociais, como outros mais preocupados com processos político-institucionais.

Com efeito, uma diversificada literatura tem surgido recentemente, como resultado de um amplo esmiuçamento das várias facetas que compõem e substancializam a singularidade deste sujeito político original, que inscreve-se na cena política brasileira a partir de 10 de fevereiro de 1980.¹

Segundo Meneguello “*o PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a reforma partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares.*” (1989, p. 21) Por outro lado, do ponto de vista interno, “*a novidade que o PT estabelece ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrático, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido.*”(Meneguello, 1989, p. 90)

Dentro do quadro partidário formado com a reforma partidária, de 1979, o PT diferenciava-se dos demais partidos, a partir de

1. Um levantamento, com comentários, de praticamente toda a bibliografia sobre o PT, está em Clóvis Bueno AZEVEDO. *Leninismo e Social-Democracia: uma investigação sobre o projeto do Partido dos Trabalhadores*, 1991.

“uma proposta de reorganização do sistema político, fundada numa forte visão classista, pela qual o PT propõe a inserção político-institucional de novos atores; uma proposta de reestruturação da representação de interesses, fundada na noção de representação política orgânica, e pela qual o partido apresenta uma forma de governo popular; e, finalmente, um projeto bastante difuso de sociedade socialista e democrática.”(Meneguello, 1989, p. 103)

Em outras palavras, o PT, diferentemente das demais agremiações político-partidárias surgidas em 1979, introduzia na arena política uma nova tematização onde o Estado, para se tornar efetivamente democrático, tinha que se deixar atravessar pela sociedade civil.

Paulo Sérgio Pinheiro, no Prefácio do livro “PT - A lógica da diferença”, de Margaret Keck, sintetiza todas essas questões, quando refere-se ao PT como uma “anomalia”, dado que sua existência *“é uma completa irregularidade e anormalidade no âmbito do sistema político brasileiro e na história política brasileira”*, pois pela primeira vez, *“um partido podia se reivindicar uma presença sólida na classe operária e propor um programa que traduzisse com clareza essa representação.”*(Keck, 1991, p. 15)

A própria Margaret Keck argumenta seu interesse pelo PT, afirmando que

“por ser tão diferente de outros partidos brasileiros, o PT, em sua trajetória política oferece-nos um ponto de vista interessante a partir do qual focalizaremos a mudança institucional durante a transição. Sua sobrevivência, por mais anômala que possa ter parecido de início, lança luz sobre algumas mudanças na sociedade brasileira que não foram suficientemente levadas em conta pelas elites que conduziram a transição.”(Keck, 1991, p.15)

Devemos, porém, chamar a atenção para o fato de que a maioria dos trabalhos sobre o PT, têm como base empírica os processos sociais e políticos viven-

ciados originalmente no eixo Sul do país - o que, longe de desmerecê-los, torna-os imprescindíveis para qualquer investigação séria do fenômeno “petista”, conquanto nos alertam para algumas de suas limitações intrínsecas. Trata-se do reconhecimento de que o *espaço social* no interior do qual o PT aparece, nesses trabalhos, é distinto daquele sobre o qual se estará debruçado, pois cada um compõe-se de propriedades distintas, ou que atuam sobre as relações sociais de maneira distinta.

No presente trabalho, estar-se-á analisando um PT que se constitui e “se faz” num estado onde as alteridades políticas hegemônicas aparecem estruturadas em torno de grupos político-familiares - os “Maia” e os “Alves” e o controle absoluto do aparelho de Estado é condição *sine qua non* à manutenção e reprodução do poder político, o que explica, inclusive, o uso indiscriminado do “emprego” como fonte de constituição de potenciais redes de lealdade. Um espaço social onde a incapacidade das elites governamentais promoverem e/ou estimularem a criação e ampliação de canais de mediação direta entre a sociedade civil e o Estado (a não ser quando estes canais estão sob o seu controle direto) está articulada a ausência de uma tradição de movimentos e mobilizações sociais que se contrapunham às elites dominantes tornando historicamente inexpressiva a presença de alteridades políticas “de esquerda”, ou não, que se situem fora da órbita dos grupos político-familiares hegemônicos.

Estes aspectos constituem o que poderíamos chamar de “contextos” que cercam o PT no RN e serão discutidos no Capítulo 1 da dissertação, como elementos conformadores da esfera política local, ao longo da história republicana. O fato de estarem em um mesmo capítulo não deve ser confundido com uma pri-

mazia teórico-metodológica nos “panos de fundo” como fatores exclusivamente capazes de exaurir nossas perguntas a respeito do PT.

Pelo contrário, na busca da compreensão do processo de conformação da esfera política local, ao longo da década de 80, reconhecemos o valor das observações de Garretón, segundo o qual, não se pode desvincular o estudo do “contexto”, enquanto expressão das “batalhas” ou marco em que estas se dão, dos “combatentes”. Afinal, um estudo exclusivo do contexto, por um lado,

“se arrisca a mostrarmos uma sociedade submetida a processos, tensões e conflitos, mas vazia de gente que se organiza, atua e luta para além das dinâmicas e significações externas às que deve adaptar-se. Os atores são aqui um recurso quase gramatical para pôr sujeito a uma história que é puro predicado. As paixões, subjetividade, interesses e elaborações que os homens e mulheres fazem, se consideram só enquanto encaixam no grande cenário da economia, da política ou da cultura globais. Chegamos a saber da história, mas não quem, porquê e como a fazem.”(1985, p. 07)

Por outro lado, uma análise que envereda pelo outro extremo, qual seja, o de estudar exclusivamente o “combatente”, descrevendo-o dissociado do contexto em que se move, também apresenta-se frágil. Esta dissociação pode conduzir a análise a uma total identificação com o ator, no sentido de que *a interpretação* do significado de sua conduta *se confunde* com seu próprio discurso. “*Com isso, os ‘outros’ aparecem quase como meras construções do ator estudado, sem racionalidade própria*”, *de modo que a análise do ator “se transforma em uma justificação dele mesmo, e as múltiplas significações de um conflito, de uma ‘batalha’, são reduzidas ao efeito captado pelo ator.”*(Garretón, 1985, p. 07)

E é sob tal perspectiva que consideramos imprescindível que os capítulos que compõem o presente trabalho sejam percebidos como um conjunto articula-

do: no Capítulo 1 temos uma reconstrução de todo um contexto histórico-significativo, no qual se moldam os códigos estruturantes das interpelações que se gestam no espaço da política, no RN, até o início do processo conhecido como “abertura política”, em meados da década de 70. O Capítulo 2 avança na discussão desta conformação da esfera política do RN nos anos 80, quando novos atores se inserem na arena política com novas interpelações e práticas significantes. No capítulo seguinte apresentamos aspectos de um ator específico, de um importante “combatente”, com inserção nesse cenário, que elabora significações do mesmo e de si próprio, a partir das experiências que nele vivencia, qual seja, o Partido dos Trabalhadores.

O “combatente” sobre o qual estaremos debruçados, portanto, é um partido político, ou seja, um ator coletivo que, por sua natureza, atua, conscientemente, no espaço político, a partir de, pelo menos, três princípios gerais: a) conduz-se como expressão de uma vontade coletiva, *tendencialmente universal*, de uma “boa ordem”; b) têm como referência de realização de seu projeto a manutenção ou modificação do Estado presente, ou, ainda, a fundação de um novo Estado; e c) relaciona-se com os demais atores segundo estas orientações.

Além das advertências teórico-metodológicas de Garretón, consideramos por bem não dispensarmos algumas observações de Gramsci (1978), para quem a história de um partido não pode ser concebida apenas como uma narração de sua vida interna, seu nascimento, os primeiros grupos que o constituem, os embates ideológicos através dos quais se desenrola o seu programa e sua concepção de mundo. Estar-se-ia, segundo o pensador italiano, escrevendo a história de pequenos grupos intelectuais ou, em algumas circunstâncias, a biografia política de um indivíduo.

Ainda segundo Gramsci, perceber o problema da história de um partido como se sua resolução estivesse na capacidade de se escrever a história de uma determinada massa de homens que se envolveram positiva ou negativamente com o partido - na medida em que seguiram suas indicações “com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina”, ou que o criticaram de maneira “realista”, seja dispersando-se, seja permanecendo imóvel diante de algumas iniciativas - também se revelaria insuficiente.

“Será” - indaga ele - “esta massa constituída apenas pelos adeptos do partido? Será suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existir através dos quais uma massa de partido manifesta a sua vontade? Evidentemente será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado, tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal [...] resultará a história de determinado partido.” (grifos nossos, A.A.A. - Gramsci, 1978, p. 24)

Não é suficiente, com efeito, que nos limitemos a uma análise do PT, no RN, exclusivamente “por dentro”. Garretón, mais uma vez, é quem nos informa: *“Sem contexto, sem ‘outros’ com identidade própria, a explicação do comportamento do ator oscilará entre sua determinação estrutural externa ou o total voluntarismo reativo ao meio em que se desenvolve.”* (1985, p. 07) Em suma, não se compreende um determinado personagem exclusivamente a partir de si mesmo, nem tampouco atribuindo primazia aos determinantes sócio-econômicos, numa leitura que apreende as ações dos sujeitos como “emanações” de uma estrutura na qual identifica-se “objetivamente” os interesses das classes. Na verda-

de, é preciso vincular os dois níveis da análise - a “batalha” e o “combatente” -, reconstituindo-lhes e reconstituindo as tramas que se tecem entre ambos.

Conduzimo-nos, então, a partir da percepção de que o ator não surge de uma determinação que lhe é anterior e anterior à própria luta política, mas se forma em seu curso, enquanto processo de *autodeterminação* que se realiza como *prática significativa*, isto é, invocação de sentido comum que repete e afirma significados diversos, inerentes às práticas sociais. Estas práticas sociais produzem sentidos e significados, na articulação e invocação dos quais, os atores se constituem e constituem seu projeto societário, num processo instável, onde o eixo articulador deste projeto, no âmbito da sua formação discursiva, absorve e exclui determinados sentidos, conformando, ao mesmo tempo, o perfil da ação e do discurso hegemônicos.

Muito embora a produção de significados não seja efluxo direto de categorias pertencentes à estrutura social, não pode ser concebida como um processo autônomo da superestrutura, o que implica que tanto as invocações de sentido, enquanto *ação hegemônica*, como a recepção das interpelações do referente utópico, estão permeadas por condições sociais que delimitam o êxito ou o fracasso das invocações de significações.

E é sobre este processo, tal como ele acontece na experiência daqueles que fundam e conformam o Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Norte, durante a década de 80, que analisaremos alguns aspectos centrais como: a evolução da composição social do partido, o seu processo organizativo, seu desempenho eleitoral, os efeitos da predominância da matriz discursiva marxista ortodoxa nas lideranças partidárias e o discurso eleitoral nas três eleições estaduais gerais, de 1982, 1986 e 1990.